

## A GÊNESE DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE TODA A SÍNTESE TEÓRICA NO PENSAMENTO PRÉ-CRÍTICO DE KANT\*

Marcos César Seneda\*\*

### RESUMO

A distinção entre conhecimento filosófico e conhecimento matemático constitui um dos temas centrais da construção do pensamento kantiano durante a década de 1760. Conquanto operasse com a distinção entre Filosofia e Matemática, Wolff não pressupunha uma radical oposição entre o modo de operação dessas duas ciências. Essa oposição radical surge pela distinção entre conceitos arbitrários e conceitos dados, que Kant propõe já em 1764, no texto *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*. Tomando essa distinção como ponto de partida, este texto pretende executar os seguintes passos: expor a incompatibilidade entre procedimento filosófico e procedimento matemático, que surge do modo de definir cada uma dessas ciências; examinar a transposição de tarefas que Kant projeta sobre a Filosofia e a Matemática, a partir do modo como cada uma pode operar com o conceito de espaço; e fazer uma apresentação inicial dos elementos da estética, particularmente do espaço, como fonte de possibilidade de toda a síntese teórica. Esse último passo do texto será realizado a partir de uma análise dos elementos da estética contidos na *Dissertação* de 1770.

**Palavras-chave:** Kant. Filosofia. Matemática. Espaço. Tempo.

### ABSTRACT

The distinction between philosophical knowledge and mathematical knowledge constitutes one of the central themes of the construction of Kantian thought during the 1760s. Although he operated with

---

\* Esse trabalho expõe resultados parciais de uma pesquisa realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

\*\* Doutor em Filosofia pela Unicamp. Professor Associado do Instituto de Filosofia (IFILO) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mseneda@ufu.br

the distinction between Philosophy and Mathematics, Wolff did not presuppose a radical opposition between the modes of operation of these two sciences. The radical opposition arises through the distinction between arbitrary concepts and given concepts, which Kant proposes already in 1764 in the text *Inquiry concerning the Distinctness of the Principles of Natural Theology and Morality*. Taking this distinction as a point of departure, the aim of this paper is to carry out the following steps: show the incompatibility between the philosophical procedure and mathematical procedure which arises from the manner of defining each one of these sciences; examine the transposition of tasks that Kant projects regarding Philosophy and Mathematics based on the way each one can operate with the concept of space; and make an initial presentation of the elements of aesthetics, particularly of space as a source of possibility of the entire theoretical synthesis. This last step of the text will be performed as of an analysis of the elements of aesthetics contained in the *Dissertation* of 1770.

**Keywords:** Kant. Philosophy. Mathematics. Space. Time.

## 1. O problema inicial

Quando Kant, em 1764, na *Investigação*<sup>1</sup>, anuncia sua decisão de não principiar por conceitos feitos, designadamente o domínio das matemáticas, ele já recusa à Filosofia a possibilidade de principiar com conceitos que decorressem originariamente de algum uso do método

---

<sup>1</sup> Para facilitar a referência a três obras frequentemente citadas no corpo do texto, designaremos por *Dissertação* de 1770 o texto *Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*; designaremos por *Investigação* o texto *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, que também poderá ser nomeado como *Preisschrift* na menção de alguns comentadores; e por *Lógica* o texto *Manual dos cursos de Lógica Geral*, editado por Jäsche. Será aqui utilizado o sistema de citação recomendado pela *Kant-Gesellschaft*, sendo empregadas as seguintes abreviaturas: MSI para *Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*, e UDGTM para *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, e Log para o *Manual dos cursos de Lógica Geral*. À direita das abreviaturas, seguem o número do volume e a respectiva página da obra completa de Kant editada pela Academia Real Prussiana de Ciências. Todas as traduções dos comentadores citados são nossas. As traduções da *Dissertação* de 1770 são de Paulo Roberto Licht dos Santos, as da *Investigação*, de Luciano Codato, e as da *Lógica*, de Fausto Castilho. Assinalamos para o leitor as passagens que preferimos traduzir.

sinético. Para Kant, portanto, a tarefa da filosofia é analítica, porque ela tem de partir de conceitos dados. Há aí uma decisiva e tácita concepção ontológica, pouquíssimo comentada na bibliografia secundária, que dá mostras de se expandir por toda a obra crítica e que converte para dentro do termo “conceito dado” o vínculo entre o ânimo e o mundo concebido cosmologicamente.

Kant, desde os escritos pré-críticos, sustenta que algo tem de ser dado a mim, e isto significa, tem de poder ser dado ao meu ânimo, para que possa se tornar objeto da reflexão filosófica. Isto significa que toda operação intelectual tem de partir do mundo dado enquanto totalidade para retornar a ele após apreendê-lo conceitualmente. A Filosofia, portanto, sempre tem de principiar analiticamente, a partir de algo que lhe está dado. Esta distinção, entre conceitos feitos e conceitos dados, talvez seja tão decisiva quanto a distinção entre sensibilidade e intelecto. Por certo que essas distinções não se recobrem nem agenciam os mesmos campos de forças dentro do sistema kantiano. Mas é a partir delas, que, na década de 1760, Kant começa uma progressiva e minuciosa demarcação da sensibilidade. Essa oposição principia com uma radical oposição entre a Matemática, que opera com conceitos feitos, e todas as outras ciências, que operam com conceitos dados. Disso decorre uma segunda oposição, entre as ciências que podem e tem de ser revisitadas pela síntese matemática a priori e as ciências exclusivamente discursivas, que não podem sê-lo<sup>2</sup>.

O risco de não se proceder assim, a partir de conceitos dados, estaria em operar com definições meramente nominais, que jamais conseguiriam retornar ao objeto ou ao domínio de objetos que seriam sua referência. Por certo que nos escritos pré-críticos Kant apresenta poucas e tateantes teorias de domínios semânticos<sup>3</sup>, a mais próxima da elaboração crítica sendo a da

---

<sup>2</sup> A oposição entre ideias e categorias, longe de ser uma demarcação ontológica, é um meio de transportar um problema metodológico das ciências para o âmbito da teoria do ânimo. Kant procura apreender a distinção entre representações que podem ser congruentes com o mundo empírico e outras sem nenhuma congruência, que se projetam sobre o mundo inteligível.

<sup>3</sup> Acerca disso, L. White Beck faz uma interessante observação sobre o percurso reflexivo de Kant: “Já em 1762, Kant viu as diferenças entre o método da matemática e aqueles da metafísica. Em torno de 1768, ele viu a diferença entre matemática e lógica. Certamente em 1770, ele possuía uma teoria de duas faculdades cognitivas, a sensibilidade e o intelecto,

*Dissertação* de 1770, em que dogmaticamente separa os mundos sensível e inteligível. No entanto, parece proceder como se desconfiasse de que todo procedimento exclusivamente conceitual pudesse sempre apresentar uma forte deficiência semântica, uma vez que, ao assim principiar, por composição de conceitos, esse procedimento estaria destituído de trajeto para retornar aos objetos aos quais teria de se reportar para ser considerado válido.

## 2. Conceitos feitos e conceitos dados

Principiemos pela distinção entre conceitos feitos e conceitos dados, que posteriormente Kant incorporará em sua teoria da definição. A clara exposição deste conceito, que se encontra na *Lógica* de Jäsche (Log, AA 09: 140-145), já está pressuposta no texto da *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, de 1764. Na *Lógica* de Jäsche, Kant distingue as definições entre analíticas e sintéticas, e afirma: “as primeiras são definições de um conceito dado (*gegeben*), ao passo que as segundas o são de um conceito feito (*gemacht*)” (Log, AA 09: 141)<sup>4</sup>. Conquanto incorpore o procedimento da análise e da síntese, esta distinção não é fruto direto do período crítico, mas reporta-se ao período pré-crítico, uma vez que o problema da definição percorre toda a reflexão da *Investigação*. Neste texto, Kant já percebe toda a incompatibilidade entre o procedimento filosófico e o procedimento matemático, e retrata isso claramente pelos distintos modos com que cada um define seus conceitos<sup>5</sup>. Os termos empregados para fazer a

---

e de dois diferentes mundos, o sensível e o inteligível” (1967, p. 232). Em acréscimo, é importante ressaltar o poder estruturador de todas essas demarcações, uma vez que percorrerão toda a obra crítica e estarão incisivamente presentes no pensamento de Kant até o fecho de seus últimos escritos.

<sup>4</sup> Podemos notar, no entanto, o quanto a obra lógica de Kant progride em mútua relação com sua reflexão científica, uma vez que este modo de estabelecer a distinção não é exclusivamente lógico, mas remete-se diretamente à diferença entre os modos de operar conceitualmente da Matemática e da Filosofia.

<sup>5</sup> Tanto M. Fichant como R. Malter reconhecem a importância que a *Investigação* desempenha na gênese do sistema crítico. M. Fichant comenta: “O que é novo, sem dúvida, na *Investigação* é que sobretudo, graças à ocasião oferecida pela Academia, Kant reflete

distinção são basicamente os mesmos. No texto de 1800, Kant marca a oposição pela distinção entre conceitos dados (*gegebenen*) e conceitos feitos (*gemacht*); no texto de 1764, Kant a designa pela distinção entre conceitos dados (*gegebenen*) e conceitos arbitrários (*willkürlich*). Na *Investigação*, Kant afirma acerca dos conceitos Matemáticos:

o conceito que eu defino não é dado antes da definição, mas ele se origina antes de tudo por meio dela. Um cone pode significar comumente o que ele quiser, na Matemática ele se origina da representação arbitrária de um triângulo retângulo que gira sobre um lado (UDGTM, AA 02: 276, tradução nossa).

Sobre os conceitos da Filosofia, Kant afirma que ocorre algo inteiramente diferente:

Aqui o conceito de uma coisa já está dado, mas de maneira confusa e não suficientemente determinado. Eu preciso decompô-lo, tenho de comparar em vários casos, um com o outro, as notas isoladas com o conceito dado, e tenho de tornar minucioso e determinado esse pensamento abstrato (UDGTM, AA 02: 276, tradução nossa).

A ideia básica que percorre estes textos, separados cronologicamente por quase quatro décadas, permanece a mesma: a Matemática constrói os seus conceitos arbitrariamente ou sinteticamente, a Metafísica decompõe ou analisa conceitos dados. Notemos como a mera descrição destes dois procedimentos reporta-se diretamente à teoria da definição. A Matemática opera com conceitos maximamente claros e distintos, porque seus objetos

---

pela primeira vez de modo independente sobre o problema do método e expropria, por meio disso, aquilo que será, segundo a interpretação de Herman Cohen, o terreno específico da Filosofia crítica” (1973, p. 13). R. Malter pondera: “Seguramente o caminho que Kant seguiu depois da separação realizada, no *Preisschrift*, entre o método matemático e o método filosófico até a *Crítica da razão pura* é longo e complicado; se não se pode, portanto, ver no *Preisschrift* um preâmbulo do criticismo, ele tem, no entanto, o mérito de ter realizado, associando a síntese com as matemáticas, e a análise com a filosofia (e especialmente com a metafísica), um dos procedimentos essenciais preparando a posição crítica” (1979, p. 575-576). Ambos os autores partilham a concepção, portanto, de que a descoberta metodológica realizada na *Investigação* tem papel decisivo na gênese do criticismo.

emergem da exposição completa do conceito que os determina, e nada mais contém do que os elementos empregados em sua definição. A Metafísica opera com conceitos confusos, uma vez que decompõe conceitos já dados e não pode se certificar da direção da decomposição, ou seja, se a análise tentada explícita de fato o objeto que o conceito designa.

Mas por que a Metafísica operaria com conceitos confusos? A noção de “confuso” vincula-se, em Kant, por essa época, à noção de “dado”. Assim, do ponto de vista da teoria da definição, conceitos confusos e conceitos dados seriam noções, em um certo sentido, equivalentes. Essa divisão entre o claro e o obscuro, e a subdivisão do claro em distinto e confuso, deriva, nesse momento, possivelmente da presença de Wolff e Leibniz (J. ÉCOLE, 1990, p. 100) na reflexão de Kant. Na medida em que as notas podem permanecer latentes no processo de análise, a noção de confuso, em Kant, liga-se aqui não à incapacidade de determinar um conceito dado a partir de certas notas, mas à impossibilidade de se partir das notas primeiras e mais simples, a partir das quais poderiam ser construídas, progressivamente, todas as determinações do conceito a ser definido. A noção de conceito dado e, por conseguinte, confuso, prende-se aqui à incongruência que Kant detecta entre ontologia e teoria da definição<sup>6</sup>. Sem conseguir ainda visualizar o domínio dos objetos transcendentais, e em face de uma ontologia que se mostra resistente à penetração conceitual e opaca ao seu poder de resolução, Kant transpõe esse problema para o interior da teoria da definição e confronta o excesso de ontologia do dado e a insuficiência do procedimento de definição de conceitos discursivos. Em 1764, este problema incomoda fortemente o pensamento de um Kant que já é capaz de explicitar suas fragilidades. Assim as comenta:

Os sinais da consideração filosófica jamais são algo diferente de palavras, que não indicam, em sua composição, os conceitos parciais em que consiste a idéia toda que a palavra significa, nem podem designar, em suas conexões, as relações dos pensamentos filosóficos (UDGTM, AA 02: 278-279).

---

<sup>6</sup> Essa incongruência parece não estar presente no pensamento de Wolff (MALTER, 1979, p. 579-581). Isso já indica que está implícita no pensamento pré-crítico, de forma acentuada, a desconfiança em relação às possibilidades de determinação de existentes levada a cabo por procedimentos exclusivamente lógicos.

A partir desse excesso de ontologia do dado, Kant constata, no confronto com o procedimento matemático, uma dupla deficiência da teoria da definição no domínio filosófico. De um lado, os conceitos parciais (die Teilbegriffe) são insuficientes para compor a ideia toda a que a palavra se refere; de outro, as palavras jamais se apropriam, nas suas relações mútuas, dos limites ou dos vínculos que os pensamentos filosóficos podem estabelecer entre si. Ao menos, não podem fazê-lo de modo similar aos conceitos matemáticos, que já contêm em suas propriedades as possibilidades que estão à mão do geômetra para construir novas relações ou objetos.

### **3. A exposição metafísica e a teoria da definição**

O problema semântico crítico já está aqui tacitamente delineado. Mas por que tacitamente e não explicitamente? Porque há uma lacuna subjacente à formulação, marcada pela ausência de algo que escapa ao pensamento de Kant, e que poderíamos imprecisamente designar como aquilo que compõe a base do conhecimento transcendental. Podemos tornar perceptível esta lacuna com duas questões. Eis a primeira: por que a Matemática pode construir seus conceitos por uma determinação arbitrária de suas notas e a Metafísica tem de fazê-lo por decomposição de conceitos já dados? Kant possivelmente a responderia a partir da natureza dos distintos objetos dessas duas ciências: a Matemática define e constrói arbitrariamente o universo em que habita; a Metafísica reporta-se a um mundo já dado, e que, ao instalar-se conceitualmente, migra para dentro de seus conceitos e defronta-se com seu poder de apreensão. A segunda questão está tangenciada pela discussão acerca da teoria da definição, mas permanece ainda insolúvel para Kant em 1764, a saber: qual o fundamento dos juízos matemáticos, ou seja, sobre que base eles se constroem? Notemos como Kant serve-se da teoria da definição para detectar e contornar um fundamento simples que não consegue ainda apreender, ou seja, a base que assegura à Matemática o seu caráter sintético e que lhe permite construir seus objetos. Esse fundamento, sem ser ainda tratado dentro do quadro da filosofia transcendental, já será designado na *Dissertação de 1770* como forma da sensibilidade ou como intuição pura. Conquanto seja um escrito confiadamente dogmático, a *Dissertação* abrigou um núcleo reflexivo que,

embora reescrito, em suas linhas básicas permanecerá intacto na *Crítica da razão pura*<sup>7</sup>. Este núcleo reflexivo Kant alocará na Estética Transcendental e denominá-lo-á exposição metafísica dos conceitos de espaço e de tempo. O fato de já operar com o que nomeia exposição metafísica na *Dissertação* de 1770 e o fato de esse núcleo quase não sofrer reformulação na Estética Transcendental, indica-nos – em face de um pensamento ágil e exigente como o de Kant –, a presença de um problema já bem resolvido no decorrer da década de 60 e que migra estruturalmente e é alocado no limiar da reflexão crítica de 1781<sup>8</sup>.

Mas o que caracteriza a exposição metafísica? Kant pouco nos esclarece acerca disso na Estética Transcendental. No texto da edição A, de 1781, não há nenhuma indicação ao leitor acerca do procedimento de que se trata, seja da exposição metafísica seja da exposição transcendental. No texto da edição B há uma explicação lacônica, de aproximadamente quatro linhas, acerca da exposição metafísica e outra um pouco mais extensa acerca da exposição transcendental. No entanto, a explicação metodológica sucinta e a segurança com que Kant executa a exposição metafísica do conceito de espaço indicam que o autor então operava, em 1781, com um problema sobre o qual já havia refletido longamente e para o qual já havia encontrado uma solução que considerava eficaz.

Parte da solução encontra-se no final da *Crítica da razão pura*, na parte nomeada “Doutrina Transcendental do Método”, particularmente na subdivisão intitulada “Das definições”. Outra parte encontra-se na Lógica de Jäsche, na “Doutrina Geral do Método”, e seu assunto estende-se do §99 ao §106, que tratam justamente do problema da definição. O texto da *Crítica da razão Pura* e da *Lógica* em muito se distanciam a partir

<sup>7</sup> Sem ser enfático, M. Gueroult também sustenta essa posição, afirmando, sobre a *Dissertação* de 1770, que “sua grande novidade consiste na teoria do espaço e do tempo como intuições puras e *a priori*, irredutíveis a conceitos. Por meio disso, Kant rompe com as teses dogmáticas de Leibniz e de Wolff. Ele oferece um primeiro esboço da futura *Estética transcendental*” (1978, p. 04). Conquanto M. Gueroult reconheça as diferenças radicais entre a *Dissertação* de 1770 e a *Crítica da razão pura* (1978, p. 20-21), ele ressalta a importância da exposição dos conceitos de espaço e tempo, contida na *Dissertação*, para a gênese do pensamento crítico.

<sup>8</sup> Qual a importância desse núcleo para a reflexão crítica? Trata-se de uma questão fecunda e inevitável, mas que não pode ser avaliada detidamente nos limites do presente trabalho.



da peculiaridade de seus objetivos. Mas se a *Lógica* pode dispersar a atenção do leitor em meio à subdivisão incessante das definições, o texto da *Crítica da razão pura* guarda consigo uma impossibilidade claramente apreendida na *Investigação* de 1764: o fato de que a Filosofia, ao contrário da Matemática, não pode operar com conceitos feitos. Esta impossibilidade reconhece uma ontologia mínima e inapreensível dos objetos da Metafísica, que se instala na teoria da definição. A definição dos conceitos dados torna-se imprecisa, porque não há como se assegurar de que houve a completa exposição desses conceitos.

Esse procedimento de decomposição nos conduz ao problema que posteriormente será designado como a exposição metafísica, acima anunciada. Ele também, a partir de uma segunda questão, abre o ângulo de ataque para Kant operar com conceitos metafísicos. A primeira questão, acima examinada, dizia respeito à tarefa de explicar o conceito de espaço, que como conceito dado, estaria sob a jurisdição do filósofo e não do matemático<sup>9</sup>. A segunda questão pode ser assim formulada: como operar com conceitos que não podem ser definidos arbitrariamente, uma vez que são conceitos dados, e isto implica que para compô-los sinteticamente teríamos de antes descobrir quais os elementos e operações de que se compõem? Caso contrário correríamos o risco, em sua construção por síntese, de nos perdermos ou nos desencontrarmos do objeto a que se reportava o conceito dado. Kant apresenta a seguinte solução:

Ainda não é hora de proceder sinteticamente na Metafísica; só quando a análise nos tiver propiciado conceitos distinta e minuciosamente entendidos poderá a síntese, como na Matemática, subordinar os conhecimentos compostos aos mais simples (UDGTM, AA 02: 290).

Nessa passagem, percebemos que Kant, nesse momento de sua reflexão, ainda não contrapunha o procedimento do filósofo ao procedimento

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que não se trata de uma posição isolada e irrefletida de Kant. Vleeschauer comenta que já “[...] no prefácio das *Negativen Grössen*, Kant retoma a questão de saber a quem cabe explicar o espaço, aos matemáticos ou aos filósofos. Mais uma vez, ele é objeto filosófico. A metafísica tem por tarefa investigar sua natureza e suas condições supremas” (1934, p. 136). Entendemos que essa contraposição de tarefas já indica no pensamento de Kant a oposição refletida entre os métodos da Matemática e da Filosofia.

do matemático, porque não contrapunha radicalmente a análise à síntese. Kant aqui deixa entrever a possibilidade de que os procedimentos da análise e da síntese ainda viessem a se recobrir na Filosofia do mesmo modo como se espelhavam na Matemática. Se Kant alimenta essa expectativa, é porque ainda não percebera que a síntese matemática teria de repousar sobre uma base intuitiva.

Aqui encontramos o principal fio condutor que auxiliou Kant a descobrir o caráter transcendental do conhecimento matemático: a decomposição do conceito de espaço. Ou seja, Kant descobre que a análise do conceito de espaço mostra que o espaço não é um conceito mas uma intuição. Esta decomposição é anunciada explicitamente como tarefa exclusiva do metafísico na *Investigação* de 1764, e encontra-se subjacente às oposições que Kant constrói ao longo de todo esse texto. Se essa tarefa assume importância decisiva para o desenvolvimento do pensamento crítico, é porque Kant poderia ter entendido como os geômetras constroem as figuras geométricas ou como os físicos determinam os objetos empíricos, sem jamais conseguir fazer que essas questões se transformassem em objeto da investigação filosófica. Ao recolher naquilo que denomina ânimo (*Gemüt*) as condições de possibilidade dessas duas ciências, Kant circunscreveu a filosofia como região de acesso à fundamentação de toda cientificidade. Mas, para alcançar isso, era preciso seccionar a sensibilidade e nela descobrir a possibilidade que posteriormente designou transcendental [puro (forma) e empírico (sensação)]. Em 1764, no entanto, Kant ainda não estava apto para fazê-lo. A sensibilidade somente será seccionada na *Dissertação* de 1770. Aqui, conquanto não consiga ainda localizar a posição da Matemática na determinação dos conhecimentos transcendentais, Kant já se encontra apto para levar a cabo a decomposição do conceito de espaço, ou seja, para encetar a exposição metafísica desse conceito.

#### **4. A decisiva descoberta do não-empírico e do não-conceitual na *Dissertação* de 1770**

A fim de prosseguirmos com nossa reflexão, situaremos agora a questão a partir de um texto emblemático para divisar em duas fases o pensamento de Kant. O objetivo dessa discussão é o de apresentar não o

histórico da questão<sup>10</sup>, mas o estado da questão em 1770, ano em que vem à luz a *Dissertação*. Sem nomeá-las, contudo, a *Dissertação* já contém duas formas de exposição de um conceito, que após uma década, na *Crítica da razão pura*, serão nomeadas exposição metafísica e exposição transcendental<sup>11</sup>. Conquanto a exposição metafísica somente possa ser excogitada a partir da exposição transcendental, ou seja, conquanto a exposição transcendental seja a instância da qual parte a exposição metafísica, uma vez alcançada, esta última pode ser exposta segundo o método sintético, elidindo àquele que a percorre a base efetiva de sua hipotética construção. Nesse sentido, a exposição metafísica do conceito de espaço parece completamente dogmática sem a passagem pelos textos de descoberta<sup>12</sup>. Mas Kant, como todo experiente matemático, tendo percorrido o caminho da análise e estando seguro de si, omite os textos de descoberta. Servindo-se então do método sintético, expõe as notas dos conceitos de espaço e tempo a partir de um procedimento que parece estar completamente desvinculado de qualquer base histórico-factual.

Conquanto a exposição transcendental seja a base-problema da exposição metafísica, sua circunscrição torna-se algo quase que factual. Ela tem de ser um fundamento condizente com as ciências, Matemática e Física, que sobre ela se assentam. O mesmo não ocorre com a exposição metafísica, que pressupõe o salto gigantesco sobre o abismo que separa conceitos feitos e conceitos dados. Na *Dissertação* de 1770, Kant consegue realizar essa façanha e decompor conceitualmente conceitos dados, espaço e tempo, como se pudessem ser a base de conceitos feitos, as construções

---

<sup>10</sup> Este recobre, decisivamente, toda a década de 60, que consideramos fecunda para a formulação do criticismo.

<sup>11</sup> Se a clareza, no entanto, se amplia nos detalhamentos dos textos das duas edições da primeira crítica, as notas principais dos conceitos de espaço e tempo continuam aproximadamente as mesmas, o que nos permite afirmar que o embrião da Estética Transcendental já está contido na *Dissertação* de 1770.

<sup>12</sup> M. Gueroult afirma que a novidade da teoria do espaço e do tempo, conforme exposta na *Dissertação* de 1770, “[...] já se anunciava em dois tratados anteriores: *Ensaio para introduzir o conceito de grandeza negativa na filosofia* (1763) e *Do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço* (1768)” (1978, p. 04). Portanto, há um histórico do estado da questão em 1770, que nos permite entender o contínuo interesse de Kant pelos elementos que irão definir a Estética Transcendental.

matemáticas. No ato de um Titã, aloca os conceitos dados sobre o domínio filosófico e os conceitos feitos sobre o domínio matemático, e expõe as possíveis conexões entre eles.

Como Kant conseguiu fazê-lo, se ele não dispunha de nenhum instrumento filosófico para decompor esses conceitos? Qual foi o seu fio condutor em tarefa tão arriscada? Possivelmente, valeu-se o filósofo da Lógica, que era o único fio condutor seguro que possuía nesse momento, não para sair de um labirinto, mas para atravessar um abismo.

O procedimento de Kant perfaz a forma de um juízo infinito. Kant opera com duas determinações fundamentalmente negativas. As duas teses básicas da *Dissertação* de 1770, que se repõem na CRP, são as seguintes:

- a) espaço e tempo são não-empíricos e
- b) espaço e tempo são não-conceitos.

O produto que resulta desse procedimento é o mesmo que se obtém com os juízos infinitos:

a') espaço e tempo são excluídos, por um lado, da esfera das representações empíricas, ou seja, são representações não extraídas dos objetos sensíveis; e

b') espaço e tempo são excluídos, por outro lado, da esfera dos conceitos, ou seja, são representações não intelectuais.

Inicialmente, como nos juízos infinitos, esta operação produz uma mera indeterminação<sup>13</sup>. E essa indeterminação é coerente com os passos, nem sempre retilíneos, do pensamento de Kant na década de 1760, nos quais descobre progressivamente propriedades do espaço e do tempo que são incompatíveis com as representações empíricas e conceituais. Ao ter-se

---

<sup>13</sup> Devemos reconhecer aqui que se trata de uma operação complexa, ou seja, devemos aqui reconhecer a capacidade genial de Kant de trabalhar com oposições muito pouco perceptíveis na resolução de um problema. Do fato de não se tratar de representações empíricas, não se segue que elas sejam conceituais; do fato dessas representações não se originarem do intelecto, não se segue que elas tenham de estar na posição daquilo que tem de ser captado empiricamente. Há nessa incongruência uma grande ruptura com a teoria da abstração, no seguinte sentido: há a descoberta de algo não-empírico, mas que não decorre do fato de ter se convertido em representação intelectual ou por notas comuns. Ao reconhecer uma determinação formal na sensibilidade, Kant se prepara para reconhecer, uma década depois, a determinação formal contida no intelecto, que somente se torna explícita na *Crítica da razão pura*.

então deparado com essas propriedades, Kant possivelmente perguntou-se sobre o problema inverso: como dotar essas representações de determinações positivas? Do fato de não serem representações empíricas, não se segue que sejam puras; do fato de não serem representações conceituais, não se segue que sejam intuitivas. O resultado de uma operação com juízos infinitos poderia ser a mera indeterminação, uma vez que, ao excluir um conceito de uma esfera, apenas o situamos no todo indefinido que resulta dessa exclusão. Por conseguinte, a determinação de tempo e espaço como intuições puras depende da difícil e até então inaudita decomposição desses conceitos a partir de um procedimento exclusivamente metodológico. Kant não sabe o que é não-empírico e não-conceito, portanto, precisa transpor metodologicamente propriedades que visualiza em conceitos feitos com vistas a convertê-las em notas que ainda não pode apreender em conceitos dados, com o objetivo de descrever no domínio da Filosofia a base de sustentação dos objetos da Matemática e da Física. Esses conceitos feitos têm uma formulação rigorosa na Matemática e uma utilização segura na Física. Logo, se suas propriedades puderem ser descritas discursivamente, elas poderiam formar positivamente a base de sua definição como conceitos dados no domínio da Filosofia. Esse é o fio condutor da Estética de que lança mão Kant, com vistas a reduzir a indeterminação de conceitos cujas notas ainda não consegue visualizar. Ainda que se trate de conceitos dados, a dificuldade está em como apreendê-los naquilo que de fato os constitui. Como Kant quer evitar a definição meramente nominal de espaço e tempo enquanto conceitos dados, para encontrar suas principais propriedades de maneira positiva e segura, procura descrever no domínio da Filosofia a base de sustentação dos objetos da Matemática e da Física. Ou seja, Kant precisa descobrir quais são as notas que descrevem as propriedades dos procedimentos matemáticos e que possibilitam a construção de objetos válidos na Física. Por isso dissemos que se trata de um procedimento exclusivamente metodológico.

Examinemos a primeira característica descoberta mediante o uso desse procedimento. Em relação ao tempo, Kant afirma que “*a idéia de tempo não se origina dos sentidos, mas é suposta por eles*” (MSI, AA 02: 398). Em relação ao espaço, Kant afirma que “*o conceito de espaço não é abstraído de sensações externas*” (MSI, AA 02: 402). O argumento principal

é que tempo e espaço precedem a existência de objetos dos sentidos ou sensações externas, e se precedem, não podem ser conceitos abstraídos dessa base. A abstração sempre supõe a existência de algo prévio que seja o suporte de suas determinações, ou seja, a abstração sempre supõe uma base ontológica a partir da qual os conceitos se formam. Como espaço e tempo são prévios a todos os conteúdos empíricos, que somente neles podem se apresentar, espaço e tempo não podem ser obtidos por abstração<sup>14</sup>. Trata-se aqui de uma primeira propriedade anticonceitual, a saber, espaço e tempo não podem ser concebidos como relações extraídas dos conteúdos empíricos, porque não podem ser obtidos por abstração<sup>15</sup>.

A segunda característica apresentada por Kant designa tempo e espaço como representações singulares. Em relação ao tempo, Kant afirma que “*a idéia de tempo é singular, não geral*” (MSI, AA 02: 399). Em relação ao espaço, Kant afirma que “*o conceito de espaço é representação singular que compreende tudo em si [...]*” (MSI, AA 02: 402). Ora, conceitos são sempre representações totais ou parciais (Log, AA 09: 58). Em ambos os casos, são sempre representações gerais, uma vez que uma representação parcial pode ser considerada como representação total e, por conseguinte, como um conjunto de outras representações parciais, podendo esse processo

---

<sup>14</sup> Acerca do espaço, Vleeschauer comenta que “Kant o nomeia um ‘Grundbegriff’, um conceito elementar, mas de um gênero especial, porque ele parece ser intuitivo e não abstrativo como o conceito de causa, de razão, etc. Desde então, *um problema novo se introduz na evolução do seu pensamento*. Qual pode ser a natureza de uma representação como o espaço, ao mesmo tempo intuitiva e necessária?” (1934, p. 138, grifo nosso). Entendemos que Vleeschauer associa aqui duas características muito importantes para se entender a gênese do pensamento kantiano. Primeiro, Kant percebe, em relação ao espaço, que não se trata de um conceito obtido por abstração. Segundo, a elucidação desse problema somente poderá ser alcançada por uma paulatina e refletida solução original, que coincide com a descoberta dos fundamentos da filosofia transcendental.

<sup>15</sup> A distinção entre conceitos feitos e conceitos dados permite a Kant uma interpretação alternativa do debate dos universais, pois, nesse caso, quer os termos sejam conceitos empíricos ou conceitos de essências, eles sempre se formam por uma relação abstrata com um referente empírico ou intelectual. O referente empírico ou intelectual, portanto, sendo prévio ou posterior à relação com os conceitos, sempre está no centro de uma teoria da abstração; ou seja, no âmbito da teoria da abstração é impossível se evitar o debate com os pressupostos do empirismo ou do racionalismo. É a oscilação entre esses dois extremos que Kant evita com a teoria do transcendental, sem, engenhosamente, precisar fazer uma síntese dessas duas posições.

prosseguir indefinidamente. Por mais intensivo que seja o processo da análise, jamais, com isso, uma representação geral vem a tornar-se uma representação singular. Contrariamente a isso, todos os objetos atuais sempre são considerados como situados no tempo e no espaço, e nunca *sob* a noção geral de tempo (MSI, AA 02: 399) ou sob “[...] uma noção abstrata e comum [de espaço] que contém tudo *sob si*”. (MSI, AA 02: 402). Trata-se aqui de uma segunda propriedade anticonceitual, ou seja, tempo e espaço são representações que podem conter em si outras representações, mas não subsumi-las sob si, justamente porque não apreendem nada mediante a forma de uma nota característica ou comum. Portanto, comparação, reflexão e abstração nada significam para a composição das notas dos conceitos de tempo e espaço, porque cada uma de suas partes, quaisquer que sejam as dimensões com que se queira delimitá-las, são todas singulares.

A terceira característica apresentada por Kant é uma junção das outras duas. De um lado, espaço e tempo nada subsumem, não operam com notas comuns e, portanto, não podem ser representações conceituais. Logo, são intuições. De outro lado, como antecedem todas as sensações e são condições das relações que podem ser estabelecidas entre os objetos sensíveis, espaço e tempo são não somente intuições, mas intuições puras. O contraforte dessa nota obtida pela exposição metafísica só pode advir de uma construção externa, assentada sobre o domínio da exposição transcendental. A contingência de uma regra indica forçosamente a sua derivação empírica. Portanto, a apoditicidade das construções geométricas é uma prova inequívoca de sua origem não empírica. E Kant alega que essa prova não é suposta, mas efetiva, porque pode ser obtida a partir dos axiomas da Geometria. Kant exemplifica:

Se no espaço não há mais do que três dimensões, se entre dois pontos não há senão uma única reta, se de um ponto dado em uma superfície plana se descreve com uma reta dada um círculo etc., isso não pode ser concluído de alguma noção universal de espaço, mas apenas *ser visto* [*cerni*] nele como que *in concreto* (MSI, AA 02: 402-403).

A primeira parte dessa observação é uma constatação, ela expõe operações típicas da Geometria. A segunda parte é uma consideração

metodológica externa à disciplina, obtida de um ponto de vista filosófico, pois não está em posse do geometra nenhum aparato epistemológico seguro para que se sinta autorizado a fazer este tipo de consideração. Kant observa, por um lado, que esses procedimentos peculiares ao modo geométrico não podem ser obtidos por análise do conceito de espaço, e constata, por outro lado, que tem de assentar sobre uma evidência, sobre a qual são discernidos de modo *in concreto* e indubitável. Trata-se, no entanto, de uma certeza que não pode ser obtida por procedimentos lógicos ou discursivos, mas que tem de ser visualizada sobre a base concreta de uma evidência.

Mas como poderemos saber que estas certezas apodícticas que nos fornece a Matemática são dotadas de significação empírica? Aqui o peso da exposição metafísica torna-se tão excessivo, em virtude de suas amplas consequências, que há a necessidade de um segundo contraforte no domínio da Física para sustentar o que já foi erigido em terreno matemático. Kant sustenta que todas as nossas sensações são coordenadas sobre a forma do tempo e do espaço. Mas como assegurar que há comunicação entre as construções da intuição pura e os objetos que aparecem mediante as intuições empíricas? Ou seja, como assegurar que as propriedades encontradas no tempo e espaço puros continuam válidas para o tempo e o espaço preenchido por sensações? Para responder a essa questão, Kant parte de um fato, do êxito obtido pela junção da Matemática e da Filosofia da Natureza. Acerca disso, Kant observa:

Sem dúvida, se o conceito de espaço não fosse originariamente dado pela natureza da mente (de modo que quem se esforçasse por afigurar com a mente quaisquer outras relações que não são prescritas por ele perderia seu tempo, porque seria obrigado a servir-se desse mesmo conceito para apoiar a sua ficção), o uso da Geometria na Filosofia Natural seria muito pouco seguro [...] (MSI, AA 02: 404-405).

Aqui começamos a perceber com clareza a comunicação entre exposição transcendental e exposição metafísica e o quanto ambas estão interligadas, não possuindo, isoladamente, nenhuma autonomia. Essa interpenetração de ambas pode ser avaliada a partir dos seguintes pressupostos:



- a) a exposição transcendental opera como a base de instanciação da exposição metafísica;
- b) nesse sentido, a exposição transcendental precisa conter fatos que possam ser isolados rigorosamente e que sejam dignos de análise. Esses fatos, Kant os circunscreve no domínio de duas ciências, a Geometria e a Física; e
- c) as propriedades encontradas nesses dois domínios precisam ser descritas discursivamente. Isso é tarefa da exposição metafísica.

Ao descrevê-las, contudo, surge um trabalho de avaliação genuinamente metafísico, que diz respeito às condições de possibilidade dessas propriedades.

Essa questão nos conduz à quarta característica indicada por Kant, que diz respeito a uma questão difícil e disputada em terreno muito acidentado. Para respondê-la, Kant precisa posicionar-se em face de Leibniz e Newton, mas o faz com uma hipótese surpreendente. Kant afirma:

*O espaço não é algo de objetivo e real, nem substância, nem acidente, nem relação, mas é subjetivo e ideal e como que um esquema proveniente da natureza da mente segundo uma lei estável para coordenar entre si absolutamente tudo o que é sentido externamente [externe sensa]” (MSI, AA 02: 403).*

Na sequência, Kant retrata a posição de Newton, como representante dos ingleses, para quem o espaço é concebido como “[...] um *receptáculo absoluto* e imenso das coisas possíveis [...]” (MSI, AA 02: 403); e retrata também a posição de Leibniz, como exemplar dos alemães, segundo a qual o espaço tem de ser “[...] a *própria* relação das coisas existentes, a qual, suprimidas as coisas, se esvairia por completo e seria pensável tão-só nos atuais [...]” (MSI, AA 02: 403-404). Se se trata de uma questão difícil, é porque ela trata da origem dessas duas representações. Tanto Leibniz quanto Newton, conquanto debatam acirradamente entre si, consideram tempo e espaço como algo externo, e disputam se seriam independentes dessas coisas ou delas derivados. Isso indica a dificuldade de ambos em operar com os conceitos de tempo e espaço. Leibniz, mais arguto com

os procedimentos metafísicos, possivelmente também opera com o procedimento da exclusão, ou seja, com juízos infinitos. Como não se trata de verdades de razão, tempo e espaço somente podem estar no domínio das verdades de fato. Contudo, como tempo e espaço são não-coisas, Leibniz os trata como uma espécie de resíduo da relação entre as coisas. Leibniz instala tempo e espaço no domínio das verdades de fato, e o modo como necessita de aí instalá-los compõe um dos alicerces de sua polêmica com Newton. Como, no arcabouço filosófico de Leibniz, impera a firme convicção de que todas as verdades de fato têm de poder ser reduzidas a verdades de razão, na medida em que nas últimas se encontra o princípio de razão suficiente das primeiras, tempo e espaço, por conseguinte, não poderiam ser o arcabouço último no qual todas as coisas se apresentam, uma vez que rivalizariam, como condições de possibilidade, com o próprio ato divino da criação. Assim, contra Newton, Leibniz argumenta com profunda convicção que, se tempo e espaço forem realidades infinitas e absolutas, disso decorreriam inúmeras contradições, como o fato de termos de pensar dois tipos de substâncias (necessárias e contingentes) imersas ou embutidas no seio dessas duas outras realidades absolutas. Como Newton não tem pretensões metafísicas, seu intento resume-se em encontrar uma hipótese que seja coerente com a subsunção de objetos empíricos a leis matemáticas que possam ser estendidas indefinidamente.

Se a hipótese de Kant é surpreendente, é porque ele aloca essa origem em uma região, denominada transcendental, que ainda não tinha sido descoberta ou excogitada por nenhum dos debatedores. Kant lança a hipótese de que essas representações são subjetivas, ou seja, emergem da forma da sensibilidade do sujeito cognoscente. Essa hipótese terá extensas e fecundas consequências, pois todo o mundo fenomenal terá de emergir dessas duas fontes, e isso possibilitará a construção de uma conexão rigorosa entre a região empírica e a região transcendental.

## **5. À guisa de conclusão**

Aqui examinamos, portanto, as tarefas de que se incumbem o filósofo e o matemático, o modo radicalmente distinto como operam com conceitos em suas disciplinas, e a maneira como Kant situa o espaço

como conceito dado para poder torná-lo objeto da análise filosófica. Para concluirmos provisoriamente este texto de pesquisa, podemos sustentar, portanto, que as principais notas da exposição metafísica, levada a cabo na *Crítica da razão pura*, constituem o vértice de um amplo projeto de pesquisa conduzido por Kant no decorrer de toda a década de 1760, e já se encontram bastante bem delineadas nos parágrafos 14 e 15 da *Dissertação* de 1770. Nesses parágrafos, a partir de juízos infinitos, Kant considera que espaço e tempo são representações não-empíricas e não-conceituais, cuja fonte seria não-objetiva. Por conseguinte, a exposição metafísica não surge de uma reflexão pontual, mas de uma investigação sobre os fundamentos dos juízos da matemática e da física. Essa demorada e claudicante investigação assenta, em seu trajeto, os fundamentos da estética teórica, e apresenta tempo e espaço como intuições puras, cuja fonte se situaria *a priori* no ânimo como forma exclusiva da sensibilidade.

## Referências

BECK, Lewis White. Kant's Strategy. *Journal of the History of Ideas*. v. 28, n. 2, p. 224-236, Apr./Jun. 1967.

DAVAL, Roger. *La métaphysique de Kant*. Perspectives sur la métaphysique de Kant d'après la théorie du schématisme. Paris: PUF, 1951.

ÉCOLE, Jean. *La métaphysique de Christian Wolff*. Hildesheim: Georg Olms, 1990. 2 Bd.

FICHANT, Michel. Introduction. In: KANT, Immanuel. *Recherche sur l'évidence des principes de la théologie naturelle et de la morale*. Paris: Vrin, 1973. p. 7-23.

GUEROULT, Martial. La dissertation kantienne de 1770. *Archives de Philosophie*. Paris, tome 41, cahier 1, p. 3-25, 1978.

KANT, Immanuel. *Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.

\_\_\_\_\_. De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis. In: \_\_\_\_\_. *Werke in zehn Bänden*. 5. Aufl. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983a. Bd. 5.

\_\_\_\_\_. *Dissertação de 1770*. Tradução, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

\_\_\_\_\_. Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível. Tradução de Paulo Roberto Licht dos Santos. In: \_\_\_\_\_. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 219-282.

\_\_\_\_\_. On the form and principles of the sensible and the intelligible world. Tradução de David Walford com colaboração de Ralf Meerbote. *Theoretical philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Kritik der reinen Vernunft*. Nach der 1. und 2. Orig.-Ausg. Hrsg. von Raymond Schmidt. 3. Aufl. Hamburg: Meiner, 1990.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valerio Rohden e Udo Balduur Moosburger. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Tradução e apresentação de Fausto Castilho. Edição bilíngüe. Campinas: IFCH-UNICAMP; Uberlândia: EDUFU, 1998. [Foi aqui utilizada a seguinte edição de referência: \_\_\_\_\_. *Logik, ein Handbuch zu Vorlesungen*. Bd. 9., S. 11-150. In: *Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.].

\_\_\_\_\_. Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik die als Wissenschaft wird auftreten können. In: \_\_\_\_\_. *Werke in zehn Bänden*. 5. Aufl. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983b. Bd. 5.

\_\_\_\_\_. *Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*. Lisboa, Edições 70, 1987.

\_\_\_\_\_. Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral. In: \_\_\_\_\_. *Werke in zehn Bänden*. 5. Aufl. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983a. Bd. 2.

\_\_\_\_\_. *Recherche sur l'évidence des principes de la théologie naturelle et de la morale*. Traduction, introduction et notes para Michel Fichant. Paris: Vrin, 1793.

\_\_\_\_\_. Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral. Tradução de Luciano Codato. In: \_\_\_\_\_. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 101-140.

KEMP SMITH, Norman. *A commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason*. [2. ed. reimpressa em 1979]. London: The Macmillan Press, 1979.

MALTER, Rudolf. L'analyse comme procédé de la métaphysique. L'opposition à la méthodologie wolffienne dans la *Preisschrift* de Kant em 1763 (1764). *Archives de Philosophie*, tome 42, cahier 4, p. 575-591, 1979.

MARCUCCI, Silvestro. *Kant e le scienze*. Scritti scientifici e filosofici. Scelta, introduzione, traduzione e commento de Silvestro Marcucci. Padova: Liviana Editrice, 1977.

PHILONENKO, Aléxis. Introduction. In: KANT, Immanuel. *Qu'est-ce que s'orienter dans la pensée?* Tradução e notas de A. Philonenko. Paris: Vrin: 2001. p. 15-82.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. Apresentação. In: KANT, Immanuel. *Dissertação de 1770*. Tradução, apresentação e notas de L. R. dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 11-25

SEVERO, Rogério Passos. *Que significa orientar-se?* Contrapartidas incongruentes e identificação demonstrativa. 2000. 226f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

VLEESCHAUWER, Herman Jean de. *La Déduction Transcendentale dans l'œuvre de Kant*. Antwerp, Paris, and the Hague: De Sikkel, Champion, and Martinus Nijhoff, 1934-1937. 3 v.

WALFORD, David. Towards an Interpretation of Kant's 1768 *Gegenden im Raume* Essay. *Kant-Studien*, 92, S. 407-439, 2001.

WALSH, Sean. Incongruent Counterparts and Causality. *Kant-Studien*, 98, S. 418-430, 2007.

*Data de registro: 26/05/2013*

*Data de aceite: 08/07/2013*